

Como Experimentamos e Entendemos, do Lado Brasileiro, as Fronteiras com a Argentina e com o Paraguai

How We Experience and Understand the Borders with Argentina and Paraguay from the Brazilian Side

Perfeccionismo

Um pássaro foi abatido a tiros. Acabava de passar a fronteira.

(Tavares, 2005, p. 42)

Regina Coeli Machado e Silva¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Cascavel, Brasil

Resumo: Partindo da ideia de que o modo como pensamos a fronteira é uma elaboração da fronteira que imaginamos e experimentamos por nós mesmos, o artigo tem como objetivo apresentar o entendimento local, próprio de habitantes e pesquisadores, a respeito do lado brasileiro da fronteira com o Paraguai e com a Argentina. Esse entendimento é, ao mesmo tempo, a explicitação do argumento de que as paradoxais experiências coletivas na fronteira são instituintes da presença dos Estados-nação na vida das pessoas e um exercício reflexivo de demonstração de que ele se correlaciona com o contexto político e institucional que nos constitui como nacionais. Utilizo resultados de pesquisas feitas e orientadas por nós, habitantes desta fronteira, a partir dos quais depreendi quatro eixos temáticos predominantes, separados em termos metodológicos: o trabalho; a violação dos direitos; a educação; e a história e memória da construção das fronteiras espaciais, simbólicas.

Palavras-chave: Fronteiras Brasileiras; Estado-nação Brasileiro; Brasi, Paraguai e Argentina

Abstract: Starting with the idea that the way we think about borders is an elaboration of a specific border that we imagine and experience ourselves, this article has the aim of presenting local understanding of inhabitants and researchers concerning the Brazilian side of the borders with Paraguay and Argentina. This local understanding is, at the same time, an explanation of the argument that paradoxical collective experience along the border is equally instituted by the presence of nation-states in people's lives and a reflexive demonstrative exercise of how this understanding correlates with the political and institutional context which constitutes us as nationals. Results from primary research are used to illustrate four predominant themes which involve different methodologies: work; violation of rights; formal education; and history and memory of building symbolic spatial borders.

Keywords: Brazilian Borders; Brazilian Nation-state; Brazil, Paraguay and Argentina.

¹ Professora Associada. Departamento de Geografia. regina.machado@unila.edu.br. <http://orcid.org/0000-0002-0874-8086>.

Introdução

A “arbitrariedade” de processos classificatórios nos numerosos esforços de construção dos Estados-nação, dado seu caráter contingente, institui simultaneamente a fronteira geopolítica, modo pelo qual o Estado é experimentado ou (des)feito no espaço territorial e nas práticas e saberes de quem nele vive. A fronteira é um dos conceitos menos sutis da análise sociológica como reificação de uma abstração social (STRATHERN, 2014), abstração que produz, pelo controle e pela fiscalização de pessoas e coisas que a supõem, impactos muitas vezes dramáticos no cotidiano de pessoas. A fronteira, por um lado, é uma linha fictícia porque construída pela “arbitrariedade” de processos classificatórios instáveis, que jamais se completarão, como as linhas construídas por decisões resultantes de longos processos político-históricos ou de conflitos bélicos e, por outro, tendemos a tomá-la como perene pela “naturalização” que parece ganhar nas experiências coletivas. Portanto, a “arbitrariedade” suposta na fronteira tem dois significados inseparáveis: é contingente e obrigatória.

A presentificação do Estado-nação brasileiro nas fronteiras com a Argentina e o Paraguai é o que interessa aqui ao focalizar as interações, as proximidades e as superposições como um modo de existência próprio, mas também produzido nas tensões aí imanentes. O que se busca apreender são as possibilidades de experimentação coletiva vividas nessa fronteira tripla, ao mesmo tempo em que elas emergem precisamente dessa convivência, de modo tenso e inventivo em diversos espaços.

Partindo do suposto de que o modo como pensamos a fronteira é uma elaboração da fronteira que imaginamos e experimentamos dependendo do lugar em que a vivemos, o artigo tem como objetivo apresentar o entendimento local, próprio de habitantes e pesquisadores, da presentificação da fronteira em relação ao Estado-nação brasileiro. É, ao mesmo tempo, a explicitação do argumento de que as paradoxais experiências coletivas na fronteira são igualmente instituintes da presença dos Estados-nação na vida das pessoas e um exercício reflexivo de demonstração de que esse entendimento se correlaciona com o contexto político e institucional que nos constitui como nacionais.

A categoria fronteira evoca diversas possibilidades interpretativas tantas quantas são suas relações com outros condicionantes coconstitutivos, como o Estado-nação. Não pretendo discuti-las por meio do debate existente em diversos campos disciplinares. Parto de uma orientação geral da Antropologia de que as categorias sociais advêm de experiências coletivas, a exemplo da abordagem de Dumont. Ao estudar comparativamente a nação em suas tensões instituintes entre individualismo e holismo como ideologias, ele evidenciou duas configurações: uma em que a nação é identificada como uma “coleção de indivíduos”, tendendo mais para o individualismo (a nação limita-se a ser o “quadro de emancipação do indivíduo”) e, na outra, tendendo para o holismo, em que a nação é identificada como um indivíduo coletivo, em que “há necessidade de enquadramento e de comunhão dos indivíduos com a nação”. Ele chama atenção para a “aporia da nação que é, ao mesmo tempo, coleção de indivíduos e indivíduo coletivo” (DUMONT, 1995, p. 39). Na nação está subsumido o Estado, forma pela qual identificamos grande parte das sociedades modernas. Categorias como Estado-nação, apesar de tenderem à universalização, dependem de processos históricos e sociais a serem observados, descritos,

analisados e submetidos a reflexões epistemológicas a respeito das condições que as produziram. Como sugeriu Peirano, a proposta é “observar o Estado em ato, a nação se fazendo” (2006, p. 136), ao mesmo tempo que ele se institui, dilui-se e se relativiza na fronteira aqui estudada.

Para apresentar uma visão de dentro da fronteira, utilizo resultados de pesquisas feitas e orientadas por nós, habitantes desta fronteira. O fato de apresentar uma visão de dentro por meio de interlocutores locais aprofunda os riscos de uma excessiva familiaridade, mas esse exercício de alteridade mínima (PEIRANO, 2006) pode revelar as perplexidades de uma experiência nada trivial, indicando diferentes modos do Estado-nação se fazer nas nossas vidas na fronteira (SILVA, 2013). Correlativamente, minha proposta é apresentar abordagens “sobre a fronteira”, feita com estudos “na fronteira”. Os estudos aqui apresentados são de alunos egressos do curso de Mestrado e Doutorado Interdisciplinar da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)², professores e pesquisadores, com formação em áreas de conhecimento diferentes – pedagogos, linguistas, antropólogos, sociólogos e historiadores, com abordagens disciplinares e interdisciplinares, quase todos reunidos pela singularidade de sermos moradores desta fronteira. Devo lembrar que, se os objetos analíticos “sobre a fronteira” e “na fronteira” são locais, a interlocução é feita por meio de abordagens próprias às pesquisas acadêmicas feitas no Brasil, que, por sua vez, dialogam com pesquisas de centros internacionais, de modo que, talvez, nossa perspectiva de dentro possa não ser muito diferente de outras.

Para mostrar o auto-entendimento local sobre o Estado-nação se fazendo na fronteira, selecionei duas coletâneas de pesquisadores locais e 41 textos de defesas de dissertação, de 2011 até 2015, da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Unioeste. Da organização e análise dessas diversas abordagens, depreendi quatro eixos temáticos predominantes. Todos são interligados e convergem para a problematização da fronteira, mas estão separados em termos metodológicos.

Considerando essa unicidade do processo de pesquisa, os quatro eixos temáticos predominantes têm objetos empíricos diferentes, interesses analíticos não exaustivos em si mesmos, e estão imbricados uns aos outros, relações que não poderão ser consideradas. Apresento-os de forma breve e resumida. São eles: I) o trabalho em sua dimensão econômica; II) a violação dos direitos e a luta por reconhecimento de grupos sociais; III) educação e cultura erudita (formal); e IV) história e memória da construção das fronteiras espaciais e simbólicas. Antes, porém, apresento o contexto histórico social da construção da fronteira inseparável da construção do Estado-nação brasileiro.

Fronteiras e (Di)Visão do Estado-nação Brasileiro

Reiterando uma espécie de abertura ritual da apresentação dos resultados em dissertações e artigos que produzem a visão de dentro da fronteira, em que se revisita o passado colonial e os conflitos que configuraram as três fronteiras, chamo atenção para três causas empíricas e históricas que aparecem como motor da divisão entre Estados nacionais, do ponto de vista da fronteira do lado brasileiro. A primeira é a construção da nação na República, desde o final do século XIX, quando o exército se estabeleceu na região e regulamentou a contenção da nação “guardando” as fronteiras territoriais. É

talvez a primeira intervenção estatal que ratifica alteridades nacionais e locais, pois se fala desses coletivos antes transitando, trabalhando ou até mesmo frequentando escola em país que não o seu (PAIVA, 2015). Depois, com a Marcha para o Oeste, ocorrida entre 1930 e 1970, durante a ditadura militar, a ideia de conquistar o Brasil, ocupá-lo e modernizá-lo ganha corpo. Enquanto o projeto do Estado-nação nos anos posteriores a 1930 concentrava-se na construção e na ocupação do espaço, durante o período da ditadura brasileira um assunto determinante é a construção de Itaipu, uma usina hidrelétrica gigantesca construída pelo Brasil e pelo Paraguai. Se nesse período houve a ratificação de identidades nacionais em termos locais, elas foram multiplicadas pelas alteridades estaduais, a ponto de se discutir se a construção de uma empresa binacional não seria uma ameaça à autoridade administrativa do estado do Paraná. Ribeiro demonstra que a construção foi imposta pelas ditaduras dos dois países, como um ente jurídico inédito, mesmo no direito internacional (2002, p. 23). Ela significou também uma solução para os problemas de fronteira e a transferência do Paraguai da órbita argentina para a brasileira, que viria a ser completada pela Ponte da Amizade. Indo ao encontro das estratégias geopolíticas, a defesa das fronteiras e a necessidade de desenvolvimento do país eram elementos presentes (p. 27), igualmente visando assegurar a segurança nacional contra ameaças internas e contra conflitos com inimigos externos.

A integração entre os dois países por meio da Usina significou igualmente abertura dos portos brasileiros ao Paraguai, com consequências para o crescimento exorbitante do comércio, sustentado pelos brasileiros, atraindo para Ciudad Del Este e Foz do Iguaçu imigrantes de diversos países – árabes, taiwaneses, coreanos, indianos e outros. Como se vê, a integração, promovida pela função homogeneizadora do Estado, não só aprofundou as alteridades existentes – paraguaios, brasileiros e argentinos –, mas fez proliferar outras advindas dos processos migratórios ligados à construção da Usina e ao comércio – as alteridades internas ao Estado-nação brasileiro – gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, cariocas etc., e as externas, árabes, coreanos e taiwaneses principalmente. Também proliferavam outros grupos, como os sem terra, “os estrangeiros da própria terra”, os indígenas, os expropriados de Itaipu, os excluídos do desenvolvimento, os brasiguaios, os laranjas, os sacoleiros. A proliferação de alteridades também foi refeita na paisagem da cidade, visíveis nos edifícios religiosos – em duas mesquitas, xiita e sunita, em um templo budista – nos nomes de ruas e restaurantes, nas escolas e no comércio, indicando o vínculo com os países de origem dos imigrantes.

A terceira causa empírica e histórica, que aparece como motor da divisão entre Estados nacionais e tem se tornado central para a administração do estado brasileiro nos últimos anos, é a securitização, processo pelo qual a segurança pública torna-se o argumento central. Como escreveu Dorfmann (2015), o governo brasileiro vem mobilizando suas instituições como decorrência dos processos securitizatórios e o faz dentro de um projeto maior, e mais antigo, de construção do Brasil potência. Além do reforço das instituições de controle e repressão (contrabando e tráfico), instituiu o PEF, Plano Estratégico de Fronteiras, em 2011, e, para sua realização, a ENAFRON, Estratégia Nacional de Fronteiras; o SISFRON, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras e diversas edições da Operação Ágata, das Forças Armadas, e a Operação Fronteira Blindada, executada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Destaco igualmente, nesse terceiro motor

Como Experimentamos e Entendemos, do Lado Brasileiro, as Fronteiras com a Argentina e com o Paraguai

de divisão, o impacto pós-11 de setembro de 2001, visível na politização da Tríplice Fronteira pelo Estado brasileiro. Nunca houve reconhecimento oficial da presença de organizações terroristas na região (SOUZA, 2017), mas a construção social da suposta ameaça terrorista islâmica trouxe consequências para as comunidades locais. A própria construção da categoria Tríplice Fronteira como um artefato geopolítico, anterior a esse momento, ganhou repercussões que acabou por identificar a fronteira local em termos internacionais (RABOSSI, 2001).

É importante realçar que o governo brasileiro promoveu ações voltadas à construção da cidadania em seus territórios fronteiriços, como o PAIR (Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Mercosul), o II PNPM (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres), o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras, do Ministério da Saúde (SIS-Fronteira), o Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF), do Ministério da Educação e iniciativas de documentação de cidadãos fronteiriços (como a Carteira de Fronteiriço disponível nas fronteiras com a Argentina, a Bolívia e o Uruguai).

Esses projetos têm ações concretas como a implementação e instalação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu-PR, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com todos os seus *campi* na faixa de fronteira. Se a expansão das instituições federais de ensino superior nas regiões de fronteira se deu por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), nos outros programas, como o tráfico de exploração sexual de crianças e adolescentes, reverberam as mudanças constitucionais do governo brasileiro, de promoção dos direitos difusos e dos direitos coletivos, como os das comunidades reivindicadoras dos direitos: indígenas, negros, quilombolas, minorias sexuais etc. Chamo atenção também para a proliferação de alteridades coconstitutivas próprias da fronteira, como o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), “desenvolvido no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 2012, nas cidades-gêmeas de países que fazem fronteira com o Brasil (MEC, 2019). O objetivo foi “promover a integração regional por meio da educação intercultural que garanta formação integral às crianças e aos jovens nas regiões de fronteira do Brasil com outros países” (MEC, 2019), embora houvesse um programa anterior similar entre Argentina e Brasil (FLORES, 2012).

Vê-se, portanto, que a integração como chave descritiva da fronteira e mesmo função econômica e política regulamentada pelo Estado supõe, no interior de si mesma, separação, divisão e proliferação, ao mesmo tempo, de barreiras espaciais e simbólicas tanto quanto de alteridades, explicitadas abaixo por meio dos quatro eixos temáticos.

Os Quatro Eixos Temáticos Sistematizados sobre o Entendimento Local nas Fronteiras

Trabalho e sua Singularidade na Fronteira

Tendo como eixo o cotidiano da fronteira inserido em uma dinâmica transcultural e transnacional, a dimensão econômica, em suas relações entre o urbano e o rural, revela

a particularidade do trabalho na fronteira (CATTÀ, 2002; CARDIN, 2011). Catta demonstra que a circulação, a distribuição e a expansão do capital está ligado a um processo histórico amplo e detém-se na construção social da pobreza e da marginalidade política como experiência histórica singular da região das três fronteiras, principalmente depois do término da construção da barragem da Itaipu Binacional. Ele descreve a formação de uma população pobre adotando as mais diversas estratégias para sobreviver em um meio excludente, marcado pelo lucro do comércio transfronteiriço.

Com a lente mais próxima, Cardin (2011) acompanha o cotidiano dos trabalhadores ou das ações sociais estabelecidas por eles no que ele denomina circuito sacoleiro. Foca os “laranjas”, denominação atribuída aos trabalhadores contratados informalmente para transportar mercadorias, acima da cota de isenção de imposto permitida (US\$ 300), do Paraguai (Ciudad del Este) para o Brasil (Foz do Iguaçu). Partindo do pressuposto de que tais atividades existem por cumprirem um papel importante na circulação, distribuição e expansão do capital, o autor destaca a ambiguidade da experiência desses trabalhadores submetidos tanto às condições do mercado de trabalho nacional quanto às ações governamentais de fiscalização e repressão de seu trabalho. O modo de organização do trabalho identificado por Cardin é visível em categorias como “sacoleiros” (carregadores de sacolas), “cigarreiros” (transportam cigarros), “barqueiros” (pilotos de lanchas), “encarregados”, “olheiros” (que monitoram ações da fiscalização da Receita Federal) e “mediadores”, categorias reencontradas na percepção das crianças de uma escola fundamental onde Godoy (2015) fez sua pesquisa etnográfica.

Em função do grande comércio transfronteiriço, a fronteira é também experimentada pelos trabalhadores brasileiros que dela vivem, muitas vezes, como dramas pessoais, dadas as numerosas disjunções entre o ilegal e o legítimo, o ilícito e o rotineiro desse trabalho. Nesse contexto, Reimann (2013) estudou o trabalho infantil, problema que colide com a relevância de compreender esse trabalho como parte das representações das famílias em “risco social”, pois o encaram como elemento disciplinador e de aprendizagem para seus filhos e como complementação da renda familiar.

A regulamentação das relações de trabalho entre os países de fronteira no processo de regionalização pelo Mercosul, com a preocupação de integração econômica, demonstra que as liberdades fundamentais sobre as quais se assentam essa integração, em especial a livre circulação de trabalhadores, são derivadas da reificação das relações humanas (SANTOS, 2014). A disposição fundamental do Tratado de Assunção trata como circulantes os “bens, serviços e fatores produtivos”, encobrindo a livre circulação do trabalho, sob o título de livre circulação de “fatores produtivos”, deixando em segundo plano a ideia de liberdade humana.

O debate sobre a integração da América Latina, sob o ponto de vista da agricultura e das relações no campo, está na pesquisa de Legnani (2014) sobre o papel das práticas educativas específicas, como a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no Assentamento Contestado, no Paraná. Também convergindo para a educação, há pesquisas como a de Kölln (2013) sobre a precarização do trabalho docente no país, evidenciando sua reiteração nas condições do trabalho em Foz do Iguaçu e a de Almeida (2014), enfocando o trabalho docente na formação do ensino profissional.

Os Direitos, Violação e Luta pelo Reconhecimento

O segundo eixo temático gravita pela experiência vivida por grupos sociais em torno da violação dos direitos e da luta por seu reconhecimento. As tensões entre a ilusão da homogeneidade entre nacionais e a evidência da heterogeneidade deixam emergir impasses e dificuldades, visível na etnografia de Silva (2012) sobre os Guarani e os Kaingang. A mais preocupante particularidade desse contexto diz respeito às fronteiras internacionais que separaram grupos étnica e culturalmente homogêneos, divisão considerada arbitrária pelos grupos indígenas. Da perspectiva dos direitos de cidadania, a fronteira cria situações peculiares, com diferentes nacionalidades dentro de uma mesma família, o que dificulta o acesso aos direitos civis, garantidos pelo governo brasileiro apenas para os “índios brasileiros”, e não para os considerados “estrangeiros”. Soma-se a isso o problema de acesso à terra. Tais particularidades históricas e culturais requerem um olhar específico para os grupos indígenas de regiões fronteiriças.

Tal particularidade é reencenada no nível micro, em uma das aldeias indígenas Guarani, Aldeia Tekoha Añetete, em Diamante do Oeste. Expulsos do território original pela inundação do lago de Itaipu, o novo espaço atribuído aos indígenas permaneceu afetado pela interferência externa, gerando conflitos entre os modos de vida ligados à arquitetura tradicional dos Guarani em oposição à arquitetura desenvolvida por agentes externos no interior da aldeia, entre eles a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) e a Itaipu Binacional (KÜHL, 2013).

A singularidade vivida nas três fronteiras em relação à violação dos direitos é evidenciada pelas pesquisas de Reimann (2013) e Kiniphoff (2012). Na primeira, trata-se da exploração do trabalho de crianças e adolescentes na Ponte da Amizade e, na segunda, da situação de jovens no “corredor da fronteira”, na BR 277, entre Foz de Iguaçu e Cascavel, não alcançados pelas políticas públicas pontuais ao se inserirem no mercado de trabalho. Outra abordagem próxima é a discussão das políticas públicas voltadas para alfabetização de jovens e adultos (DA SILVA, 2013), de promoção de igualdade racial e valorização dos quilombolas no Paraná (HOFMANN, 2012), de proteção aos jovens e adolescentes, como o ECA (LAZZARINI, 2014), o atendimento de crianças e jovens em situação de violência sexual (SASSON, 2014) e a educação bilíngue para surdos (SILVA, 2013). Em todas essas pesquisas, sobressai o lugar contraditório das definições legais em torno dos direitos civis supostos no Estado-nação, entrecortado pelos direitos sociais e políticos das minorias e atravessado pelos saberes e práticas das pessoas que vivem cotidianamente o atravessamento da fronteira.

A Educação e as Narrativas Oficiais e Não Oficiais

O terceiro eixo temático é o das pesquisas sob o prisma da educação e das produções narrativas. Um dos trabalhos pioneiros é o de Pires Santos (2004), que evidencia como são construídas e como são (in)visibilizadas as identidades “brasiguaias” no contexto escolar de fronteira. Ao observar na escola o lugar contraditório vivido pelas práticas nacionais institucionais colidindo com a experiência local, ela evidencia a escola como parte desse contexto que, ao mesmo tempo, reflete, cria e transforma a heterogeneidade linguística

em contraste com as políticas educacionais nacionais, que quase sempre privilegiam o monolinguismo e a ideia de uma única cultura. Na escola, encontram-se os alunos identificados como “brasiguaios”, cuja língua materna é o português e/ou outra língua estrangeira (como alemão e/ou italiano), mas foram alfabetizados no Paraguai em espanhol e em guarani. Ao retornarem ao Brasil, deparam-se na escola com a língua portuguesa escrita, que pouco conhecem. Como consequência, se constrói um estereótipo negativo do aluno, que passa a ser considerado, antecipadamente, como um “aluno fraco”.

Na mesma direção, mas agora circunscrita à comunidade árabe, a maior comunidade de imigrantes e mais importante de Foz do Iguaçu, Kaust (2012) aborda as práticas interculturais e multilinguísticas na formação dos professores que atuam em duas escolas – uma que se autodenomina árabe e a outra libanesa – criadas para essas comunidades de imigrantes e falantes de outras línguas, além do português e árabe, como espanhol e inglês. Ainda sobre a comunidade árabe, Fernandes (2014) discute o ensino de línguas e de religião e suas relações em âmbito familiar, bem como o papel da escola árabe como espaço de sociabilidade e de reforço dos laços de pertencimento da comunidade na cidade, sejam religiosos, familiares e sociais. Como se sabe, a comunidade árabe é indissociável do comércio fronteiriço e as possibilidades abertas por essa fronteira estão entre as razões da atração desse grupo específico, como de outros, para essa região.

Um caminho de pesquisa ainda ligado à educação e particularmente interessante é o vínculo da educação com o MST, estudado por Fernando Martins (2012), cujas discussões se concentram na integração não puramente econômica, mas na integração popular latino-americana para “exercer” a solidariedade dos povos das Américas. Lopes (2011) estuda as dimensões econômicas, ambientais e educacionais de um projeto de desenvolvimento sustentável em uma comunidade rural próxima a Foz do Iguaçu.

Finalmente, na obra *Avante soldados: para trás* (1992), de Deonísio da Silva, Paula Junior (2012) observou o “apagamento” das fronteiras durante a Guerra do Paraguai, na afirmação de um dos personagens, dizendo “aqui o Paraguai é Brasil, o Brasil é Paraguai”.

A História e a Memória da Construção das Fronteiras Espaciais e Simbólicas

O último eixo é o da história e da memória da construção das fronteiras espaciais e simbólicas. O conjunto de trabalhos nesse eixo realça a tensão entre a produção do território pela regulação do Estado-nação e a produção do espaço por grupos sociais. Segundo Souza (2011), a fronteira é conjunção de territórios e de territorialidades que, na sua indissociabilidade, revela a realidade empírica dos lugares. Ele analisa a dinâmica territorial do planejamento turístico na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, especialmente o Projeto Costa Oeste envolvendo os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, para exploração dos atrativos paisagísticos do Lago e construção de praias artificiais.

Se Souza analisa a dinâmica territorial recente, outras pesquisas enfocam o processo de imigração, como o dos agricultores provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a região, na década de 1960 (SEIXAS, 2013). Com a ampliação do Parque Nacional do Iguaçu, esses agricultores foram compelidos a deixar suas terras, sendo que os últimos colonos saíram por volta de 1978 e, sem terem para onde ir, aceitaram a proposta do poder público de se estabelecer na região do Ocoy, no município de

São Miguel do Iguaçu. Outra pesquisa concentra-se na história da ocupação da terra na região Oeste paranaense e na ocupação da Gleba Silva Jardim realizada por posseiros, em um contexto de ocupação realizada oficialmente pelo Estado e por empresas colonizadoras. Como mostrou Colombo (2013), a versão dominante dessa luta pela posse de terras é o conflito armado ocorrido em julho de 1961, consolidando-se, na atualidade, na memória coletiva local.

A luta pela posse da terra, produzindo novos grupos sociais como expropriados, encontra um significado poderoso entre os agricultores e seus inúmeros protestos para indenização de suas propriedades que viriam a ser alagadas pela construção do lago de Itaipu. Vanderlinde (2012) evidenciou esses movimentos mediados por entidades religiosas, entre as quais a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A mística, amparada por fragmentos de textos bíblicos, serviu como inspiração e motivação na luta pela terra em muitos lugares do Brasil, mas o conflito de agricultores pela indenização de suas propriedades durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu, que seriam atingidos pelo “dilúvio”, adquiriu uma característica peculiar. O conflito “se estendeu de 1978 a 1982, ano em que foram fechadas as comportas para a formação do lago. Calcula-se que o processo de indenização atingiu cerca de oito mil famílias, desencadeando migração complexa, com múltiplas consequências” (2012, p. 76). Foi também uma migração dos mortos, transladados do cemitério da extinta vila de Alvorada do Iguaçu, submersa pelo lago, e novamente sepultados em outro município próximo (MELCHIOR, 2012). Esses conflitos fortaleceram a raiz dos movimentos de luta pela terra no Brasil e, no caso do estado do Paraná, foram decisivos para a criação do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Outras pesquisas da ocupação desse território são a de Szeikut (2014), sobre os gaúchos, e a de Polon (2013), sobre o patrimônio material e imaterial de imigrantes em Marechal Cândido Rondon. Talvez porque a maioria das pesquisas, ao estudar as fronteiras, acabe encontrando seu deslocamento e sua relativização, há apenas duas pesquisas sobre o poder instituído e repressivo do Estado que incorporam concretamente o limite, a barreira, a interrupção da relação, que versam precisamente sobre os presídios. Uma delas é de Friedrich (2012), sobre as formas de controle e individualização do preso nas Penitenciárias I e II de Foz do Iguaçu, e a outra é sobre a tatuagem na prisão como forma de expressão, identificação e pertencimento individual e grupal nesse contexto (CHAVES, 2013).

Diferentes Visões da Fronteira e Estado-nação

Dos quatro eixos temáticos apresentados, sobressaem diferentes visões da fronteira implicadas no Estado-nação. Na primeira, a fronteira é diluída em função da explicação com ênfase na economia, cujos fundamentos estão no processo de produção, circulação e expansão do capital. Isto implica, como consequência, relações desiguais entre Estados-nação e entre grupos sociais aí envolvidos, do mesmo modo que a circulação do capital, sob a forma da mercadoria, terá distribuição diferenciada. Essa visão resulta igualmente em uma relativização da soberania da nação, reiterando a diluição que acompanha a fronteira. Exploração do trabalho, pobreza, miséria, injustiça social e abandono

são o reverso necessário desse capitalismo, organizado sob a forma de grandes blocos econômicos, e integração será a palavra-chave para conduzir os países dependentes ao desenvolvimento, visando uma ampla circulação de bens e pessoas. A integração passa a ser uma palavra-chave para compreender a inserção das três fronteiras nesse cenário, em termos econômicos, políticos, ideológicos e sociais.

A segunda visão é derivada de explicações com predominância político-territorial. O Estado-nação tende a ser visto como autocontido, de modo que a fronteira, mesmo determinante para a construção de grupos em disputa, não é trazida de modo explícito no debate. Expropriações, luta pela posse da terra, povoamento, colonização, imigração, patrimônio material e imaterial são os termos pelos quais a luta pela classificação e pelo poder de nomear espaços e territórios ocorre no interior da fronteira, nos limites do Estado-nação, de fora para dentro. Aqui a fronteira está presente, paradoxalmente, pela ausência, como um impensado determinante para as análises, mas não explicitado.

A terceira percepção é a construção de autoentendimentos da experiência vivida na fronteira, cuja explicação tem como fundamento a dimensão relacional dessa experiência. Tanto o Estado-nação quanto as fronteiras são dissolvidos/relativizados por uma proliferação de alteridades em comunicação, visíveis nas práticas e saberes do cotidiano das ruas, das escolas, das sociabilidades públicas e privadas, da mídia, da literatura e de outras formas expressivas, inerentes a modos de existência singulares e outras práticas interculturais e multilinguísticas dada a presença de grupos de imigrantes árabes, coreanos e chineses em Foz do Iguaçu.

Tais visões da fronteira são de uma perspectiva “de dentro” e parcial. Elas expressam o entendimento local, próprio de habitantes e pesquisadores das três fronteiras. O que essas visões nos ensinam é que as fronteiras podem ser diluídas, recrudescidas e até mesmo sobrepostas, dependendo do que está em jogo e do processo de construção do Estado-nação em seus limites.

Retomando os eixos temáticos, o que emerge deles são modos específicos de pensar as fronteiras que, de certa forma, pré-selecionam seus objetos. No primeiro eixo, do trabalho e suas singularidades na fronteira, a fronteira está diluída, dada a presunção de uma dinâmica transcultural e transnacional ordenada pela dimensão econômica internacional. O segundo eixo, que é o da experiência vivida por grupos sociais implicando a violação de direitos e a luta pelo seu reconhecimento, a fronteira adquire visibilidade inquestionável porque privilegia os direitos civis, políticos e jurídicos do Estado-nação. As tensões entre a ilusão da homogeneidade entre nacionais, e a evidência da heterogeneidade, deixam emergir aí muitos impasses e inúmeras dificuldades, a exemplo daquelas vividas pela população indígena. No terceiro eixo, o da educação e o das narrativas, o modo pelo qual a fronteira é vista é como um lugar contraditório entre práticas nacionais institucionais e as heterogeneidades locais, contradições visíveis no multilinguismo, na sua relativização nas narrativas ficcionais, nas perplexidades divulgadas na imprensa local e na convivência de diferentes grupos nos contextos fronteiriços. Finalmente, o último eixo temático aborda a memória e a história da construção das fronteiras espaciais e simbólicas. Determinante para a construção dos grupos em disputa, paradoxalmente a fronteira é esfumada, interferindo no debate como um impensado. No interior desses quatro eixos temáticos, o que se verifica é a tensão entre a produção do território pela

regulação do Estado-nação e a produção do Estado realizada por grupos sociais e, em cada um deles, estão presentes os paradoxos da tensão instituinte entre as aspirações universalizantes do Estado-nação e a experiência de contextos singulares, com implicações importantes para o modo como pensamos a fronteira.

As Autoimagens Predominantes da Cidade Fronteiriça

Se a fronteira pode ser mais ou menos realçada de acordo com a proximidade e a distância das lentes usadas pelos pesquisadores locais, do ponto de vista do autoentendimento local, mais abrangente, esses significados são englobados por duas autoimagens predominantes, construídas pelos habitantes de Foz do Iguaçu, como cidade fronteiriça. Uma fala de nós mesmos como uma sociedade cosmopolita, multiétnica, um microcosmo das diversidades, efeito da nossa autossimilaridade com o mundo recente. Descrevemos a nós mesmos na fronteira como um conjunto composto de alteridades de máxima intensidade. “Laboratório cultural” tornou-se uma metáfora local para expressar a experiência e a interação étnico-linguística cotidiana entre imigrantes, entre moradores dos países vizinhos, outros grupos como os guarani e os de origens nacionais diversas, esses últimos estabelecidos desde a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu. Na cidade também estão localizadas as Cataratas do Iguaçu, na divisa com a Argentina, um importante atrativo turístico. O turismo e o suposto cosmopolitismo da cidade têm um importante papel, visível no uso da expressão “diversidade cultural” pelo poder público e pelas agências de turismo locais, o que contribui para afastar a ideia de descontrole e de perigo comumente associada às fronteiras de um modo geral.

Na segunda autoimagem, descrevemos a nós mesmos como uma sociedade de fronteira e, portanto, associada ao descontrole, à violência, à degradação e ao perigo. A ideia de descontrole e perigo está associada à suposta criminalidade do contrabando de mercadorias, armas e drogas e, depois de 11 de setembro de 2011, associada ao financiamento e refúgio “terroristas” de países muçulmanos. Trata-se de uma autoimagem feita de alteridades mínimas, pelas incertezas constitutivas da formação de uma comunidade de cidadãos, e pelas inseguranças ontológicas da fronteira: lugar de passagem, de um modo de viver entre margens que torna a todos suspeitos, principalmente aqueles que trabalham no transporte ilegal de mercadorias importadas compradas em Ciudad del Este, em grandes quantidades e acima da cota de isenção de imposto permitida. Essas autoimagens são construções de grupos sobre outros grupos (os “nossos” outros, como os paraguaios, os argentinos, os árabes, como os nossos outros locais, os “perigosos” contrabandistas ou os temidos policiais, guardiões da ordem interna e da fronteira). Certamente, a imagem devolvida no espelho, dependendo de quem e da posição de quem se olha, pode ou não ser reconhecida coletivamente como ela é.

O que há em comum entre essas duas autoimagens é uma sensação difusa de curiosidade e apreensão, com rituais para manter a boa distância entre esses diferentes grupos (que podem ser ativados tanto por meio de preconceitos e outras formas de exclusão, quanto por formas de comunicação e troca de convivência). Essa sensação emerge nas atitudes habituais que temos entre “estranhos”, por um curto espaço de tempo vivendo juntos: um estado difuso de tensão permanece. Uma quase imperceptível ansiedade

pelas diferenças pode ser fator de hesitações, mas também de apelo à boa vontade do convívio, forma, talvez, de dissipar as incertezas recíprocas.

Desses dois autoentendimentos locais, emergem dois significados paradoxais da fronteira, que serão abaixo retomados. Em um deles, a fronteira é diluída ao nos identificar como cosmopolitas e, no outro, é radicalizada, vivificando nosso pertencimento nacional.

Considerações Finais

O modo como pensamos a fronteira é inseparável do modo como a experimentamos por nós mesmos. Dessas experiências em contexto, depreende-se o conjunto dos eixos temáticos relacionados entre si, cada um deles expressando as contradições trazidas na tensão instituinte entre as aspirações universalizantes do Estado-nação e a experiência de contextos singulares, em que a fronteira se desloca, sendo ora refeita, ora radicalizada. Deles emergem diferentes entendimentos da fronteira, dependendo das abordagens analíticas privilegiadas que convergem, de maneira direta ou indireta, para a experiência vivida no cotidiano da cidade fronteiriça e são visíveis em autoentendimentos com dois significados que formam uma unidade contraditória. Como mencionei acima, em um deles, a fronteira é diluída ao nos identificarmos como cosmopolitas ou um microcosmo da diversidade, um conjunto composto de alteridade máxima. No outro, dada a incerteza constitutiva das margens, suposta na experiência de atravessar a fronteira, o significado é desdobrado em dois, vividos como uma unidade tensa de contradição. Essa unidade tensa se dá pela radicalização e pela intensificação no ato de atravessamento que nos divide como cidadãos de Estados-nação diferentes – paraguaios, brasileiros, e argentinos – e por nos unir, nesse mesmo movimento, como semelhantes, pelo sentimento de ameaça e de perigo de estar nas margens.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. S. *A condição de trabalho dos professores na região oeste do Paraná, na perspectiva dos docentes que atuam no curso de formação de docentes integrado, em nível médio*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

LOPES, E. C. Formação sociopolítica e identitária das crianças e jovens do MST na perspectiva dos professores de uma escola itinerante. In: SILVA, R. C. M.; PIRES SANTOS, M. E. (Orgs). *Interdisciplinaridade e fronteiras: movimentos, identidades e fronteiras*, p. 113-132. Cascavel: Edunioeste, 2012.

CARDIN, E. G. *Laranjas e sacoleiros na tríplice fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Cascavel: Edunioeste, 2011. 136 p.

CATTA, L. E. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel, Edunioeste, 2002. 175 p.

Como Experimentamos e Entendemos, do Lado Brasileiro, as Fronteiras com a Argentina e com o Paraguai

DORFMANN, A.; FRANÇA, A. B. C. Panorama, percurso, e possível agenda para os estudos fronteiriços brasileiros. In: DORFMANN, A. (Org.). *Anuário unbral das fronteiras brasileiras 2014*, p. 13-35. Porto Alegre: Editora Letra 1/Instituto de Geociências/UFRGS, 2015.

DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 283 p.

CHAVES, K. B. *Tatuagem na prisão: estigma & identidade*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

FERNANDES, V. O. *A (re)construção de identidades de imigrantes na região de fronteira: um estudo a partir da Escola Árabe de Foz do Iguaçu*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

FLORES, O. V. *O programa Escola Intercultural Bilingue de Fronteira: um olhar para novas políticas linguísticas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Unioeste, Cascavel.

FRIEDRICH, L. N. *Formas de controle e individualização do preso: uma via possível para compreensão do exame criminológico nas Penitenciárias I e II de Foz do Iguaçu*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

GODOY, M. E. C. *Ser criança em uma escola pública do lado brasileiro da fronteira Brasil/Paraguai: dos feixes atando pontes*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

HOFMANN, C. C. *Fronteiras de um quilombo em construção: um estudo sobre o processo de demarcação das terras da Comunidade Negra Manoel Ciríaco dos Santos Guairá/PR*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

KAUST, A. M. *Representações de identidades nacionais em contexto multilíngue, multicultural e intercultural de fronteira: desafios para a formação de professores*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

KÖLLN, A. J. *As mudanças no mundo do trabalho, o labor educativo e a saúde docente: o caso dos professores do ensino fundamental da rede estadual de Foz do Iguaçu PR*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

KÜHL, G. E. S. *Etno-história Guarani e a construção do espaço a partir da arquitetura: um estudo de caso na Aldeia Tekoha Añetete*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

LAZZARINI, V. *Proteção (social) especial a crianças e adolescentes: equivalência, complementaridade ou contrariedade?* 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

LEGNANI, A. M. *A concepção de integração da América Latina presente nas práticas educativas da Escola Latino Americana de Agroecologia.* 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

MARTINS, F. J. *Fronteiras e integração: movimentos sociais do campo, MST e Educação.* In: SILVA, R. C. M.; SANTOS, M. E. P. (Orgs.). *Interdisciplinaridade e fronteiras: movimentos, Identidades e Configurações*, 1. ed., v. 1, p. 133-146. Cascavel: Edunioeste, 2012.

MELCHIOR, K. D. *A migração dos mortos: remanejamento de cemitérios na região do Lago de Itaipu.* 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

Ministério da Educação e Cultura – MEC. Portal de Educação Integral. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PAIVA, A. C. *Políticas educacionais para a diversidade e escolas nas fronteiras: o caso de Foz do Iguaçu na fronteira com a Argentina e Paraguai.* 2015. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

PAULA JUNIOR, C. G. *Aqui o Brasil é Paraguai, o Paraguai é Brasil: literatura e fronteiras identitárias.* 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

PEIRANO, M. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 197 p.

PIRES SANTOS, M. E. *O cenário multilíngue/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social.* 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.

POLON, P. H. H. *A construção do patrimônio cultural em Marechal Cândido Rondon-PR a partir dos imaginários acerca do lugar de memória Casa Gasa.* 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos. Portal do Turismo de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.pmf.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RABOSSI, F. *Notas sobre a Triple Fronteira Foz do Iguaçu* (mimeo), 2001.

Como Experimentamos e Entendemos, do Lado Brasileiro, as Fronteiras com a Argentina e com o Paraguai

REIMANN, V. *As crianças da ponte: o trabalho de crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu, Paraná*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

RIBEIRO, M. F. B. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edu-
nioeste, 2002. 116 p.

SANTOS, F. C. *Liberdades fundamentais e regionalização: reificação das relações de trabalho nos processos de integração econômica*. 2014. Dissertação (Mestrado em So-
ciedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

SASSON, S. K. H. *Os entrecortados caminhos do atendimento de crianças e adoles-
centes em situação de violência sexual no município de Foz do Iguaçu: um estudo
a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)*. 2014.
Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

SEIXAS, L. L. L. *Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: as fronteiras
do cotidiano em terras (i) legais?* 2012. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e
Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

SILVA, D. *Avante, soldados: para trás*. São Paulo: Siciliano, 1992. 219 p.

SILVA, E. M. *Folhas ao vento: a micro mobilidade de grupos mbya e nhandeva (guarani)
na Tríplice Fronteira*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional,
UFRJ, Rio de Janeiro.

SILVA, E. A. *As políticas públicas na educação de jovens e adultos a partir do Programa
Paraná Alfabetizado (2004-2012)*. 2013. Dissertação em Sociedade, Cultura e Fronteiras)
– Unioeste, Foz do Iguaçu.

SILVA, M. F. *Educação intercultural bilíngue para surdos: formação do professor para um
ensino culturalmente sensível/relevante*. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade,
Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu, 2013.

SILVA, R. C. M. da. *Vidas, nações e estados se fazendo nas fronteiras entre Brasil, Paraguai
e Argentina. Ideação*. *Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde*, v. 15, n. 2, p 10-32.
Cascavel: Edunioeste, 2013.

SOUZA, R. C. S. *As comunidades árabes muçulmanas de Foz do Iguaçu no contexto
de securitização da tríplice fronteira: uma perspectiva analítica da construção social de
ameaças*. 2017. 196 p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Ameri-
canos) – Unila, Foz do Iguaçu.

STRATHERN, M. Cortando a rede. In: STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*, p. 295-319. São Paulo: Cosac Naify, 2014

SZEKUT, A. *Centros de Tradições Gaúchas no Oeste do Paraná: a (re)construção da memória coletiva e fixação de representações*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Unioeste, Foz do Iguaçu.

TAVARES, G. M. *O senhor Brecht*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 71 p.

VANDERLINDE, T. Mística e resistência na fronteira: o conflito de Itaipu revisitado. In: SILVA, R. C. M.; PIRES SANTOS, M. E. (Orgs.). *Interdisciplinaridade e fronteiras: movimentos, identidades e configurações*, 1. ed., v. 1, p. 75-89. Cascavel: Edunioeste, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://tede.unioeste.br>. Acesso em: 10 fev. 2019.

Recebido em: 03/11/2019 Aceito em: 30/11/2019

¹ Utilizo dados parciais de pesquisa em andamento, intitulada *Em escola de fronteira: autoentendimentos compartilhados e segredo público*, realizada com o apoio do Cnpq/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na modalidade Produtividade em Pesquisa, ao qual agradeço.

Agradeço aos pareceristas a leitura atenta e cuidadosa, que contribuíram para tornar mais claro o argumento desenvolvido.

² É uma universidade pública estadual, *multicampi*, com sede em Cascavel e presente em mais três cidades, além de Foz do Iguaçu.